

CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580-539 Vila do
Porto
Santa Maria – Açores



Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Economia da ALRAA

c/c Director Regional do Planeamento e Fundos Estruturais, Nuno Melo Alves

Assunto: PEDIDO DE PARECER SOBRE A PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 4/XII - “ORIENTAÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2021-2024” E PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 5/XII - “PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2021”

No passado dia 25 de março de 2021, reuniu o Conselho de Ilha de Santa Maria pelas 14 horas, reunião na qual no ponto nº 2 do Edital este Órgão Consultivo se debruçou sobre o assunto em epígrafe.

Foi decidido pelas Conselheiras e pelos Conselheiros presentes nesta reunião se emitir o parecer de uma forma colaborativa, em que todas e todos ficaram de fazer chegar à mesa do Conselho de Ilha as suas preocupações, concordâncias e discordâncias sobre os documentos em apreço, à semelhança do que já tinha sido feito por uma Conselheira e por um Conselheiro, que, por impossibilidade de estarem presentes na reunião atrás citada, fizeram chegar por e-mail as respectivas considerações. O contributo do Delegado de Santa Maria da CCIPD, pautou-se no *envio do parecer da CCIA à Ante-Proposta do Plano, depreendendo-se que de uma forma genérica algumas das preocupações têm enquadramento para a Ilha de Santa Maria.*

É certo que de uma forma transversal e com algumas restrições de tempo e de Conselheiros que tiveram que se ausentar antes mesmo de se ter concluído o ponto 2 do Edital, foram abordados alguns assuntos que neste documento tentaremos espelhar sucintamente, juntando-se a estes pontos as considerações que nos foram enviadas por Conselheiras e Conselheiros.

CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580-539 Vila do
Porto
Santa Maria – Açores



Considerações genéricas:

Relativamente às Orientações de Médio Prazo 2021-2024, como o próprio título indica, é um Plano de Orientações onde podemos ver espelhadas as diretrizes do que se pretende para aquele espaço temporal, não existindo, no entanto, nenhum detalhe quanto à forma como serão conduzidas essas políticas na nossa ilha. Por esse motivo, foi entendimento deste Órgão não se pronunciar sobre o mesmo detalhadamente, podendo existir algumas considerações que sejam válidas para o período de 2021-2024.

Foi unânime entre as Conselheiras e os Conselheiros que a análise destes documentos é bastante complexa pela precária desagregação por ilhas, nomeadamente a de Santa Maria. A esta complexidade e, como sempre acontece, a mudança da Orgânica Governamental, dificulta uma análise comparativa entre os Orçamentos anteriores e este agora em apreço, sendo que, neste caso em particular, com a mudança de um Governo com uma lógica política completamente diferente do anterior, ainda maior peso teve nesta ponderação. Acresce que estamos a dar o parecer a um documento que posteriormente a ele já existem medidas e declarações dos membros do Governo que não as vemos espelhadas na Proposta do Orçamento apresentada, o que confirma que a falta de desagregação do mesmo é um significativo constrangimento à nossa análise.

A relação do volume do investimento público total para Santa Maria (33.717.291) comparativamente às restantes ilhas dos Açores, nomeadamente as chamadas Ilhas da Coesão, o qual apenas a ilha do Corvo apresenta um volume de investimento inferior ao nosso (11.598.907), face aos desafios futuros e as necessidades atuais, não conseguimos entender o motivo de Santa Maria não ter um maior volume de investimento público;

CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580-539 Vila do
Porto
Santa Maria – Açores



Assim, foi entendimento dos Conselheiros e Conselheiras, aprovarem este documento por correspondência interna via e-mail, antes de ser enviado para V. Exas., estando abaixo discriminadas as seguintes considerações:

Programa 1 – Informação, Comunicação e Cooperação Externa

Rever o diploma Legislativo de apoio aos Média, reforçando os apoios tendo em consideração a difícil conjuntura económica que atravessamos no contexto da Pandemia Covid - 19.

Programa 2 – Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades

Foi com agrado que vemos contemplado na Proposta de Orçamento para 2021:

- Adaptação de edifício para Centro de Atividades de Tempos Livres de Santa Maria - Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto;
- Adaptação de imóvel a Lar Residencial em Santa Maria - Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto

No que diz respeito à Habitação, foi entendido que deverá existir uma reavaliação das habitações devolutas e degradadas que são propriedade do Governo dos Açores, nomeadamente as do Parque Habitacional do Aeroporto, procedendo-se à sua recuperação para os desejados realojamentos das famílias que ainda vivem indignamente em “casas de chapa” e eliminar definitivamente a habitação em estruturas metálicas visivelmente degradadas e sem condições mínimas de salubridade, construídas para albergues temporários e que perduraram para além do seu período de validade.

Tendo em conta que em março de 2012 foi apresentado publicamente, pelo governo de então, uma anteproposta de Plano para o ordenamento territorial da zona do Aeroporto, mas que não se desenvolveu, tendo em conta a Resolução 25/2015/A de 18 de agosto de 2015 aprovada na ALRA como também o Decreto Legislativo Regional nº6/2017/A que defendem regras específicas de reabilitação, proteção e valorização para a zona do Aeroporto, é premente que o Governo dos Açores equacione a possibilidade de pôr em prática um Plano de Pormenor e Salvaguarda com uma estratégia clara e objetiva para toda a área envolvente ao Aeroporto já classificada como de interesse público.

CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580-539 Vila do
Porto
Santa Maria – Açores



A estratégia Governamental para a Habitação deverá sempre ser articulada com as estratégias de Habitação da Autarquia, das cinco Juntas de Freguesia, bem como das IPSS's que, de uma forma ou de outra, estão ligadas a esta problemática.

Programa 3 – Competitividade, Empresarial e Administração Pública

O recrutamento com vínculo permanente de todos/as os/as trabalhadores/as da Administração Pública Regional, deve ir de encontro às verdadeiras necessidades destes departamentos, em detrimento de alternativas precárias, deixando-se de recorrer consecutivamente aos Recibos Verdes ou por Programas Ocupacionais.

O reforço do investimento na Formação Profissional, quer na Administração Pública como na Iniciativa Privada, é uma urgência, considerando-se um aspeto fulcral para a Valorização dos Recursos Humanos na região e conseqüentemente um factor de competitividade fundamental para o crescimento económico dos Açores. Esta temática tem particular ênfase em ilhas com escassez destes recursos, como é o caso de Santa Maria.

Programa 4 – Educação

Considera-se como positivo as iniciativas legislativas para limitar a contratação sucessiva de pessoal docente e o objetivo de assegurar a integração num quadro vinculativo, contrariando a precariedade existente.

Entendemos, porém, serem preocupações da maior pertinência os seguintes aspectos:

- Não conseguimos entender que 100 mil euros em construções escolares, seja suficiente para a reabilitação/remodelação do Pavilhão Desportivo, como parece ser objectivo deste Governo. **Foi entendimento das Conselheiras e Conselheiros, que este investimento é fulcral para a EBS Bento Rodrigues, bem como para a actividade desportiva da Ilha, devendo o Governo equacionar a construção de um novo Pavilhão Desportivo, em detrimento da sua remodelação,** pois o mesmo tem vindo a ser alvo de constantes obras de mera “cosmética” sem resolver definitivamente a falta de condições que o mesmo apresenta.
- **Com uma Escola com quase 4 décadas de existência,** urge ser feito um verdadeiro levantamento das condições de segurança da EBS Bento Rodrigues, **única escola com ensino secundário na Ilha,** ponderando-se mesmo a possibilidade da construção de uma nova escola;
- Reforço de recursos humanos ao núcleo de apoio à educação especial.

CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580-539 Vila do
Porto
Santa Maria – Açores



Programa 5 – Saúde, Desporto e Proteção Civil

Considera-se como positivo a intenção do Governo Regional negociar a revisão e valorização da carreira dos/das profissionais de saúde.

Entendemos, porém, serem preocupações dos e das Marienses os seguintes aspectos:

- Melhoria da Acessibilidade às especialidades médicas à ilha de Santa Maria;
- Revisão dos valores de apoio a doentes deslocados, nomeadamente Alojamento, Transportes e Alimentação;
- Ampliação do serviço de Urgência e número de gabinetes médicos;
- A devida avaliação e modernização dos equipamentos de diagnóstico existentes, nomeadamente o ecógrafo e equipamentos de oftalmologia;
- A modernização do parque informático da USISMA é premente.

No âmbito da Proteção Civil, será de todo importante que a reorientação dos cursos de água no cimo da Baía de São Lourenço - Freguesia de Santa Bárbara - sejam devidamente equacionados e intervencionados, para que as enxurradas sejam orientadas para os cursos de água naturais desta baía e não da forma desordenada como acontece neste momento, com graves derrocadas, sobretudo de grandes rochas, que colocam em perigo iminente bens e pessoas, mas também toda a estrutura secular de currais de vinha.

Programa 6 – Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

A Agro Ruralidade por ilha foi considerada uma boa estratégia e um ponto positivo.

Entendemos, porém, serem preocupações dos e das Marienses os seguintes aspectos:

- O abastecimento de água à agricultura e pecuária ainda é uma prioridade, devendo concluir-se os projetos em carteira pela IROA SA., e dar-se maior atenção aos caminhos rurais da ilha;
- **A urgência na resolução da falta de transportes marítimos fiáveis**, pois esta imprevisibilidade acrescida das limitações que a ilha tem a este nível, origina inúmeros constrangimentos no escoamento de meloa e carne;

CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580-539 Vila do
Porto
Santa Maria – Açores



- Não conseguimos ver identificado nestes documentos qualquer referência à reabilitação integrada do Parque Florestal do Alto, sendo imprescindível a sua reabilitação florestal e dos caminhos de acesso, tendo em conta a importância da preservação de património edificado da Região, bem como o seu potencial do ponto de vista turístico;
- O parque florestal de Vila do Porto carece de melhorias na zona do vale com vista para Valverde e da recuperação do caminho até à ribeira onde existia um estuário de água deslumbrante, que se encontra ao abandono.

Programa 7 – Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar

Temos a informação de que a *Associação do Ilhéu do Romeiro* obteve o levantamento topográfico do Porto de São Lourenço, para que este porto seja efectivamente o alternante a Vila do Porto. Contudo, não conseguimos encontrar qualquer verba afecta a esta obra. O Porto de São Lourenço é fulcral como uma das alternativas ao Porto de Vila do Porto, mas não podemos esquecer que os outros portos, nomeadamente dos Anjos e Maia são também de grande importância a curto/médio prazo para as pescas e turismo, pelo que gostaríamos de ver contemplado no plano a 2021 a 2024 os respetivos estudos e projetos.

As Áreas Marinhas Protegidas (AMP) de Santa Maria e Formigas foram um exemplo para os Açores e além-fronteiras. Carece agora, talvez, fazer uma reanálise da atual situação e este Conselho encontra-se disponível para apreciar possíveis alterações que pretendam fazer à Portaria e restante Legislação existente para as Áreas Marinhas Protegidas de Santa Maria e Formigas, no sentido de melhor ajustar às necessidades e exigências atuais, bem como em futuras reservas a criar. Seria de todo importante que o Governo dos Açores se inteirasse deste assunto, quer com este Conselho como com outras entidades relacionadas com esta temática.

Certo é que a intervenção na Zona Costeira da Laracha é urgente e está contemplada neste Orçamento, contudo o caminho velho por baixo do parque de Campismo também requer uma intervenção urgente, pois estão iminentes possíveis deslizamentos de terras se não forem tomadas algumas medidas rápidas. **Não obstante as intervenções prementes, entende este Conselho que a proteção e requalificação de toda a Orla Costeira da Praia Formosa é urgente e prioritária.**

CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580-539 Vila do
Porto
Santa Maria – Açores



Programa 8 – Cultura, Ciência e Transição Digital

No âmbito da Secretaria Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital, o volume de investimento (180.000) alocado para Reabilitação do Património Histórico de Santa Maria, está completamente desajustado com as reais necessidades da ilha, nomeadamente nas seguintes intervenções:

- A recuperação da antiga Torre de Controle do Aeroporto de Santa Maria;
- A remodelação da antiga Casa do Diretor, atualmente a sede da Portugal Space;
- Cantina do Aeroporto;
- Musealização da História do Aeroporto (Obra de recuperação de Quonset Uts), integrado na rede do Museu de Santa Maria;
- Recuperação do Forte de São João Batista;
- A história ligada à baleação em Santa Maria carece de uma reavaliação, nomeadamente na preservação do espólio ainda existente e que se encontra ao abandono, tomando medidas para proteger os únicos botes baleeiros que existem e correm o risco de sair da ilha. **Criar um Pólo Museológico na Ponta do Castelo ligado à Baleação seria certamente mais um ponto de grande interesse e potencial para o Turismo, com acesso quer por terra como por mar.**

A referência que este Orçamento faz ao Museu da Aviação Açoriana e Atlântica, contempla a Ilha de Santa Maria na parte da Aviação que tanta importância tem na história desta temática?

Programa 9 – Ambiente, Alterações Climáticas e Território

Não conseguimos identificar qualquer referência a:

- Elaboração e implementação de um Plano de Conservação e Proteção da Estrelinha-de-Santa Maria (*Regulus regulus sanctamariae*), candidatando-o a um Projeto LIFE, específico para esta ave, justificado por ser uma ave endémica (exclusiva) da ilha, que se encontra classificada no estado de "Críticamente em Perigo", por parte do Instituto Nacional da Proteção da Natureza e da Biodiversidade, e integrada no lote dos 13 vertebrados mais ameaçados de Portugal;

CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580-539 Vila do
Porto
Santa Maria – Açores



- A Criação do *Santuário das Jamantas* na Área Marinha Protegida do Ambrósio parece-nos uma potencialidade, pelo que sugerimos que o Governo reveja o proposto pela AAMAR ao governo anterior e aprovado em Conselho de Governo em Santa Maria na visita estatutária de 2019, que até à data não foi consequente;
- Realização de ações de monitorização e de combate às infestantes do Geossítio e área Protegida do Barreiro da Faneca, com tempos de intervenção mais curtos e assertivos, por forma a salvaguardar e fruir turisticamente durante todo o ano, esta riqueza geomorfológica emblemática de Santa Maria e única nos Açores. Não podemos deixar de fora o Barreiro da Piedade pois, segundo os Geólogos, a sua importância é tão relevante quanto a do Barreiro da Faneca que, também, deverá ser incluído na mesma proteção de combate das infestantes.

Programa 10 – Transportes, Turismo e Energia

Gostaria este Conselho de ter contempladas nestas Propostas os seguintes aspetos:

- Utilização do Barco que foi alugado para resolver o problema da Ilha das Flores, sempre que existirem constrangimentos na acessibilidade de carga Marítima a Santa Maria;
- No Turismo será necessário combater a sazonalidade que Santa Maria tem com programas específicos para a ilha;
- Reformular os programas e formas de financiamento na aquisição de equipamentos de melhoria da eficiência energética;
- Armazenamento de energias renováveis para posterior utilização em horas mortas;
- Passagem imediata dos Licenciamentos das centrais fotovoltaicas da Direção Geral de Energia e Geologia (Governo da República) para a Região;
- Revisão do preço de compra da energia das Centrais Fotovoltaicas injetada na rede da EDA, para que seja no mínimo igual ao preço que a EDA cobra ao/à consumidor/a;

CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580-539 Vila do
Porto
Santa Maria – Açores



Programa 12 – Obras Públicas, 1 Transportes Terrestres e Comunicações

O valor inscrito para a ilha de Santa Maria para beneficiação das Estradas Regionais mostra-se "ridículo" para satisfazer as reais necessidades que as estradas regionais necessitam, considerando o seu elevado estado de degradação.

O valor inscrito para a Reparação dos molhes dos portos comercial e de recreio de Vila do Porto, parece-nos completamente desajustado para fazer face a estas intervenções.

Terminamos este documento reiterando a nossa total disponibilidade para aprofundar, quer estes assuntos quer outros que se venham a mostrar necessários em prol dos interesses dos Marienses e das Marienses, sugerindo que, em documentos futuros e desta natureza, sejam elaborados com a correta e devida desagregação por Ilhas, com a clarificação da sua aplicação e respetivas verbas.

Sem outro assunto de momento, despeço-me com estima e consideração,

Vila do Porto, 06 de Abril de 2021

Pela Mesa do Conselho de Ilha

Assinado por: JORGE LUÍS DA COSTA PESSOA
PEREIRA DA COSTA
Num. de Identificação: BI07890028
Data: 2021.04.06 00:15:08+00'00'



CHAVE MÓVEL
•••••

Jorge Costa